Edital n.º I/29739/19/CMP

Adolfo Manuel dos Santos Marques de Sousa, Diretor Municipal da Presidência, torna público, ao abrigo da competência delegada nos termos da Ordem de Serviço n.º I/343222/18/CMP, de 4 de outubro, que, em reunião do Executivo Municipal de 22 de janeiro de 2019, a Câmara Municipal do Porto aprovou a abertura do concurso de apoio ao empreendedorismo, inovação e tecnologia e respetivo programa, que se anexa ao presente edital e dele faz parte integrante.

Assim, comunica-se a todos os interessados a abertura do período para a apresentação de candidaturas a este concurso de apoio ao empreendedorismo, inovação e tecnologia, nos seguintes termos e condições:

1) Os termos e condições da candidatura e de atribuição do apoio financeiro são os que constam do programa em anexo;

2) O Programa aqui anunciado apoiará as atividades selecionadas até um montante máximo de 70.000 euros (valor isento de IVA) atribuindo um valor máximo de 10.000 euros (valor isento de IVA) por candidatura;

3) Podem candidatar-se quaisquer pessoas coletivas, nacionais ou estrangeiras, que cumpram os requisitos constantes do programa em anexo;

4) A apresentação das candidaturas é feita através de formulário próprio disponível na página da Convocatória Aberta no website do ScaleUp Porto (http://www.scaleupporto.pt);

5) As candidaturas devem ser submetidas através do website do ScaleUp Porto entre 30 de janeiro e 28 de fevereiro de 2019;

6) O júri que procederá à avaliação das candidaturas foi designado pela Câmara Municipal do Porto em reunião de 22 de janeiro de 2019 e tem a seguinte composição:

Membros efetivos do júri deste concurso:
- Clara Gonçalves (UPTEC)
- Paula Morais (ANJE)
- Paulo Calçada (Associação Porto Digital)
- Paulo Ferraz (Porto Design Factory)
- Rita Marques (Portugal Ventures)
- Rui Coutinho (Porto Business School)

Membros suplentes do júri deste concurso:
- Daniela Monteiro (Associação Porto Digital)
- Rafael Pires (Associação Porto Digital)

7) As candidaturas são apreciadas pelo júri, com base nos elementos apresentados pelos candidatos, de acordo com os seguintes critérios e ponderações:
   a. Rigor e apresentação da candidatura - C1 (10%);
   b. Pertinência e impacto das atividades propostas - C2 (40%);
   c. Capacidade e experiência da entidade para a execução das atividades C3 - (20%);
   d. Adequação e justificação do orçamento – C4 (30%).

8) Os pedidos de esclarecimento relativos ao programa aqui anunciado devem ser colocados via email para o endereço hello@scaleupporto.pt.

Para constar se mandou lavrar este Edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo, publicado no sítio da CMP na internet (http://www.cm-porto.pt) e num dos jornais com maior circulação no Município.

Eu, [Assinatura], Vice-Presidente e Vereador do Pelouro da Inovação e Ambiente, o subscrevi.

Porto, Paços do Concelho, 23 de janeiro de 2019.

O Diretor Municipal da Presidência

[Assinatura] Adolfo Sóusa
ScaleUp Porto
Apoio ao Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia
Programa de Concurso

Artigo 1.º
Objeto e Objetivos


2. O Programa consiste em apoiar as entidades que promovem e dinamizam a comunidade, aumentando assim o impacto das suas ações.

3. São objetivos do Programa contribuir para:
   a. Estimular a cultura empreendedora através de uma comunidade mais dinâmica e ativa;
   b. Aumentar as oportunidades de networking e fontes de conhecimento da cidade;
   c. A dinamização da comunidade tecnológica, start-up e scale-up da cidade.

Artigo 2.º
Elegibilidade / Candidatos

1. Podem candidatar-se ao Programa quaisquer pessoas coletivas, nacionais ou estrangeiras, com delegação ou sede no concelho do Porto, já constitui das juridicamente.

2. As entidades candidatas devem apresentar a concurso atividades, a serem promovidas no Município do Porto até 31 de dezembro de 2019, que contribuam para, pelo menos, dois dos objetivos propostos no artigo 1º do presente programa de concurso.

3. A candidatura deve fundamentar a contribuição das atividades para atingir esses objetivos.

4. Cada entidade pode submeter uma ou mais candidaturas.

5. Não são elegíveis as atividades que beneficiem já de outros apoios concedidos pelo Município do Porto.

Artigo 3.º
Modalidades de apoio

1. O Programa apoiará as atividades selecionadas até um montante máximo de 70.000 euros (valor isento de IVA) atribuindo um valor máximo de 10.000 euros (valor isento de IVA) por candidatura;

2. O apoio atribuído não equivalerá à totalidade do orçamento submetido;

3. Todo e qualquer apoio atribuído às candidaturas selecionadas será única e exclusivamente utilizado na realização das atividades propostas que deverão ocorrer até ao dia 31 de dezembro de 2019.
4. O Município do Porto reserva-se no direito de não atribuir a totalidade do valor disponível, ou mesmo qualquer apoio, no caso das candidaturas não cumprirem os objetivos descritos supra no artigo 1.º.

5. O apoio será atribuído mediante a celebração de contrato de concessão de apoio, onde constarão os deveres do beneficiário.

Artigo 4.º

Júri

1. O júri do concurso é designado pela Câmara Municipal do Porto e composto por oito individualidades de reconhecido mérito na área objeto do presente concurso, sendo seis efetivos e dois suplentes.

2. O júri inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio do concurso para publicação, competindo-lhe designadamente efetuar a seleção, análise e avaliação das candidaturas nos termos previstos no artigo 9.º do presente Programa.

3. O júri só pode deliberar quando o número de membros presentes na reunião corresponda ao número de membros efetivos.

4. As deliberações do júri, que devem ser sempre fundamentadas, são tomadas por maioria de votos, não sendo admitida a abstenção.

5. O júri pode designar um secretário.

6. Os membros do júri estão sujeitos ao regime de impedimentos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

7. Verificando-se qualquer circunstância suscetível de constituir impedimento, o membro do júri efetivo é substituído, na análise da candidatura em causa, pelo membro do júri suplente.

8. Verificando-se a impossibilidade de análise de uma candidatura em cumprimento do disposto no n.º 3 do presente artigo, por motivo de impedimento dos membros do júri, serão designados novos membros para esse efeito.

Artigo 5.º

Processo de candidatura

1. As candidaturas devem ser apresentadas através de formulário próprio disponível na página do concurso no website do ScaleUp Porto. (http://scaleupporto.pt/).

2. As candidaturas devem ser apresentadas nas datas e nos demais termos constantes do anúncio de candidatura.

Artigo 6.º

Declarações e garantias

1. Cada candidato declara e garante que:
a. A candidatura que apresenta cumpre os requisitos de originalidade, não tendo sido objeto de plágio.

b. O Município do Porto poderá utilizar, gratuitamente, global ou parcialmente, o seu nome, a sua imagem e a referência às atividades, com a finalidade de promoção e divulgação das mesmas, em qualquer parte do mundo e por qualquer meio, assim como a sua inserção em materiais de divulgação e promocionais;

c. Fornece toda a informação necessária à implementação das atividades;

d. O Município do Porto não será responsabilizado por qualquer acidente ou dano ocorrido durante as atividades realizadas;

e. As atividades a desenvolver serão objeto de uma divulgação conjunta entre a entidade selecionada e o Município do Porto concretizada através da seguinte forma:

   i. Comunicação escrita: A atividade X, “apoiada pela iniciativa ScaleUp Porto,” ...

   ii. Materiais gráficos impressos ou digitais / websites: inclusão do logotipo ScaleUp Porto;

   iii. Partilha com o Município dos materiais promocionais para aprovação e coordenação antes da sua divulgação.

f. Se compromete a partilhar um relatório dos resultados das atividades, em formato digital, o qual deve compreender:

   i. Nome da Atividade;

   ii. Data de realização;

   iii. Sumário executivo da atividade;

   iv. Agenda e lista de oradores e convidados;

   v. Perfil dos Participantes (a adaptar de acordo com a tipologia da iniciativa):

      a. Número;

      b. Descrição dos perfis.

   vi. Avaliação de resultados comparado com os indicadores e métricas estabelecidas;

   vii. Relatório de contas;

   viii. Registo fotográfico e vídeo das sessões;

   ix. Índice de satisfação dos participantes.

g. Se compromete a devolver, aquando da entrega do relatório referido na alínea anterior, o valor atribuído à atividade que não se revele necessário, caso a verba contratualizada exceda o valor da despesa efetiva.

Artigo 7.º
Exclusão

No caso de as candidaturas serem incorretamente instruídas, o jurí notificará os candidatos para, no prazo de 3 (três) dias úteis, prestarem os esclarecimentos ou apresentarem os documentos em falta, sob pena de exclusão.
Artigo 8.º
Divulgação dos candidatos

A lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos é notificada, por correio eletrónico, a todos os candidatos e divulgada no site institucional do Município e em edital a afixar no Gabinete do Município.

Artigo 9.º
Avaliação e seleção das candidaturas

1. As candidaturas serão avaliadas pelo Júri de acordo com os seguintes critérios:
   a. Rigor e apresentação da candidatura - C1 (10%);
   b. Pertinência e impacto das atividades propostas - C2 (40%);
   c. Capacidade e experiência da entidade para a execução das atividades C3 - (20%);
   d. Amanência e justificação do orçamento – C4 (30%).

3. A escala de avaliação a utilizar pelo júri será de 1 a 5, em que:
   1 - Fraco. O critério é inadequadamente endereçado e revela fraquezas graves;
   2 - Razoável. O critério é devidamente endereçado, no entanto, identificam-se fraquezas graves;
   3 - Bom. O critério é bem endereçado, no entanto, identificam-se algumas fraquezas;
   4 - Muito bom. O critério é muito bem endereçado e são apenas identificadas pequenas fragilidades;
   5 - Excelente. O critério é muito bem endereçado e não se destacam fragilidades relevantes.

4. A nota final a atribuir a cada candidatura será calculada através da média resultante da nota final atribuída por cada elemento do Júri para a mesma candidatura, calculada através da seguinte fórmula:
   \[ \text{Nota por candidatura} = C1 \times P1 + C2 \times P2 + C3 \times P3 + C4 \times P4, \text{ em que:} \]
   C - Critério de avaliação
   P - Peso segundo a escala de avaliação definida no número anterior

5. O procedimento a que obedece a seleção das candidaturas não se encontra sujeito a negociação com as respetivas entidades.

Artigo 10.º
Relatório preliminar da avaliação

1. Concluída a análise e avaliação das candidaturas referida no artigo anterior, o júri elabora um relatório preliminar com a identificação das propostas selecionadas, respetivas pontuações e fundamentação.
2. O relatório preliminar é notificado a todos os interessados para que se pronunciem, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.
3. Os candidatos selecionados, identificados no relatório para atribuição do apoio, são notificados para apresentarem, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os seguintes documentos:
a) cópia do documento de constituição da pessoa coletiva e respetivos estatutos, devidamente atualizados, bem como cópia da ata que comprove os atuais órgãos sociais, ou, se sujeita a registo comercial, cópia da certidão do registo comercial com todos os registos em vigor;
b) declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos;
c) registo criminal para efeitos de contratação pública;
d) declaração da situação regularizada relativamente aos impostos perante a Autoridade Tributária;
e) declaração da situação regularizada relativamente às contribuições a efetuar à Segurança Social.

4. A não apresentação dos documentos referidos no número anterior, dentro do prazo fixado, determina a atribuição do apoio ao candidato colocado no lugar subsequente, que será notificado para apresentar os documentos nos termos previstos no número anterior.

**Artigo 11.º**

**Relatório Final - Proposta de atribuição dos apoios**

Decorrido o prazo da audiência prévia e recebidos os documentos referidos no número três do artigo anterior, o júri elabora um Relatório Final com a proposta fundamentada a submeter a deliberação da Câmara Municipal, com a identificação das propostas selecionadas e respetivos apoios a atribuir.

**Artigo 12.º**

**Deliberação de atribuição dos apoios**

1. Compete à Câmara Municipal deliberar sobre as candidaturas elegíveis para a atribuição de apoio, mediante proposta do júri.
2. O Município do Porto reserva-se o direito de não atribuição da totalidade dos apoios previstos caso não se verifique a existência de candidaturas suficientes que fundamente a sua atribuição.
3. Todas as entidades que submeteram candidaturas no âmbito do presente Programa são notificadas da deliberação da Câmara Municipal, através da qual se determinou a atribuição dos apoios às entidades selecionadas, com a identificação e envio da listagem das candidaturas aprovadas.

**Artigo 13.º**

**Disposições gerais**

1. A Câmara Municipal do Porto reserva-se o direito de alterar o presente programa de concurso, a qualquer momento, dando conhecimento das modificações aos candidatos com a identificação dos motivos que determinaram as respetivas modificações.
2. A Câmara Municipal do Porto pode retirar qualquer apoio, se a entidade que o tenha recebido estiver envolvida em alguma atividade considerada.
a. Fraudulenta ou Ilegal;
   b. Que possa prejudicar o Município do Porto ou os seus Parceiros, ou o seu nome e reputação.

3. O Município do Porto reserva-se o direito de requerer a interrupção de todas as ações de comunicação que não estejam de acordo com as regras e autorizações devidas.

4. O Município do Porto não poderá ser responsabilizado pelo eventual cancelamento, anulação ou alteração deste Programa por motivos de força maior.

Artigo 14.º
Dúvidas e casos omissos

As dúvidas ou casos omissos no presente programa de concurso serão decididos pelo júri.